

Fernanda Tozzo Machado

São José dos Campos, abril de 2007.

Artigo apresentado no “Seminário Arte Hoje na Contemporaneidade: Processos, Reflexões, Conservação, Produção”, promovido pela Fundação de Artes de Ouro Preto, do dia 24 a 27 de janeiro de 2007, na cidade de Ouro Preto, MG.

Título

A relatividade dos valores culturais e o papel do conservador-restaurador

*"Podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas, não podemos recordá-la sem a sua presença. Podemos saber mais da Grécia pelos seus destroços e de sua cultura que pela poesia e a sua história. Deve-se fazer história com a arquitetura de uma época e depois conservá-la. As construções civis e domésticas são as mais importantes no significado histórico. A casa do homem do povo deve ser preservada, pois, relata a evolução nacional, devendo ter o mesmo respeito que o das grandes construções consideradas por muitos importantes. Mais vale um material grosseiro, mas, que narre uma história, do que uma obra rica e sem significado. A maior glória de um edifício não depende da sua pedra ou de seu ouro, mas sim, o fato de está relacionada com a sensação profunda de expressão. Uma expressão não se reproduz, pois as idéias são inúmeras e diferentes os homens, e segundo os objetos de diferentes estudos, se chegaria a inúmeras conclusões. A restauração é a destruição do edifício, é como tentar ressuscitar os mortos. "É melhor manter uma ruína do que restaurá-la."*¹

John Ruskin (1819-1900)

Introdução

Face à polêmica do reconhecimento do profissional Conservador-Restaurador de Bens Culturais em âmbito internacional, abrem-se as possibilidades de discussão sobre quem é esse trabalhador.

¹ RUSKIN, John. *Seven Lamps of the Architecture*. Londres: Dover Publications, 1990.

Sempre imediatamente reconhecido como uma pessoa paciente e de habilidades artesanais, não foi bem assim que essa atividade realmente começou. A questão é que só a partir do inglês John Ruskin, no final do século XIX é que os procedimentos foram realmente levados à tona.

Ruskin, na sua definição de restauração dos patrimônios históricos, considerava como real a destruição daquilo que não se pode salvar, nem a mínima parte, pois do contrário, seria uma destruição acompanhada de uma falsa leitura. Era uma provocação à postura de se “restaurar” construções medievais, como estava sendo feito pelo francês Viollet-le-Duc. Para Ruskin, o que o francês estava fazendo não se tratava de “restaurações” e sim, de reconstruções, onde para ele, tudo era incongruente, pois o período já havia sido sepultado, as técnicas e os materiais utilizados eram modernos, ficando tudo com aspecto de novo sob a fachada do antigo.

Esta celeuma vem se arrastando desde então, apesar de muito se ter escrito e discutido. De certa forma estes questionamentos são enriquecedores, pois muito se construiu em favor da conservação do patrimônio cultural desde a Revolução Francesa.

A primeira metade do século XX na Europa foi marcada pelo reconhecimento do dever de criar conceitos para a preservação dos bens culturais. Posteriormente, com o constante desenvolvimento da tecnologia, foi dada à ciência a responsabilidade de garantir a salvaguarda do patrimônio.

Hoje nesses primeiros anos do século XXI a preocupação é a do *living heritage*², ou seja, o homem em seu contexto, no seu meio ambiente em relação à cultura material que é o produto da dinâmica social. O período do antiquarismo e da arqueologia exploratória perdurou por séculos. Os colonizadores transportavam para seus países os artefatos culturais das comunidades subjugadas pela colonização para serem apresentados como objetos de curiosidades. Dessa prática, surgiram os primeiros museus.

O Brasil, que ainda luta pelo reconhecimento de sua identidade cultural pós-colonização, trava o embate diário com o problema do desejo das pessoas

² *Living Heritage* é a expressão utilizada pelo ICCROM – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração dos Bens Culturais - e pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - para as novas políticas de preservação do patrimônio cultural mundial, que visa englobar o sentido total da vida do homem em seu contexto ecológico, e suas relações com os bens culturais imateriais e materiais.

de agir e de trabalhar, que corre na contramão das fontes de conhecimento e do mercado de trabalho completamente escassos.

As políticas de preservação e de conservação do patrimônio cultural são restritas, trazendo decepção e insatisfação com relação aos que pretendem entrar nessa área. Esta lacuna pode ser tão prejudicial quanto a de não se fazer nada pelo patrimônio, pois o desconhecimento da teoria e da essência subliminar da prática da conservação-restauração é onde as degradações são realizadas, tudo em nome da preservação.

Valores e Significância

Na relatividade dos valores culturais temos que começar pelas perguntas que não querem calar:

Porque um lugar, um imóvel ou objeto é importante?

Porque e como ele adquiriu tal significância?

Desse modo podemos caracterizar a impregnância desses “valores” como relativos, isto é, podem ou não ser objetivos ou mesmo possuir um significado intrínseco.

Assim, podemos verificar os níveis de importância relativa que esses objetos, lugares, imóveis nos representam, tais como:

- Valores individuais, familiares, comunitários, nacionais, internacionais;
- Valores profissionais que são ligados ou não às profissões específicas que se assemelham ou possuem algum tipo de afinidade.
- Valores sociais que estão sempre em constante absorção ou rejeição, numa dinâmica constante de transformações que formam a diversidade cultural em todos os seus segmentos, e assim então voltamos para o primeiro item.

Nessa diversidade cultural faz parte também a troca entre valores que podem se dar de forma complementar ou mesmo conflituosa, perfeitamente condizente com aquilo a que chamamos de cultura.

Falando em valores no sentido mais abrangente possível, daquilo que só é reconhecido no pensamento, na troca verbal ou na comunicação interpessoal, pode-se dizer que todos os valores são intangíveis, mesmo na concepção do objeto, da determinação do lugar da moradia, da formação dos assentamentos, do lugar escolhido para as relações sociais.

Sendo assim, portanto, toda “cultura material” um dia passou necessariamente por um momento da imaterialidade, onde tudo ainda estava no plano das idéias das concepções, do impulso da necessidade da criação, da função. A inserção desses elementos abstratos, de significância intangível, foi sendo expressa sob a forma de algo substrato, tangível aos olhos e as mãos. Nesse momento do processo de transformação, nem sempre as informações foram compartilhadas entre as pessoas, mesmo próximas. Não necessitaram de explicação. Elas são pelo que representam no cotidiano.

Como fazer, então, com que o valor tenha reconhecimento e sentido; como expressar de forma legítima?

Um exemplo foi o “Curso de Cubismo” do Museu Lázar Segall em São Paulo, na década de 1970. Várias pessoas se inscreveram e quando iniciaram o curso questionaram que estavam ali para aprender o cubismo, para ser cubista. Como poderá um curso fazer com que alguém na segunda metade do século XX, passe a pensar como um cubista? Será que a intenção era a de aprender a se expressar como um cubista?

Segundo Kant, podemos dar valor aos objetos de troca. E aos homens? E às suas idéias? E aquilo que ele produziu? Nesse caso, estamos quantificando o “valor” em “espécie”: isto que você fez vale dois desses que eu tenho, então vamos trocar. Mas e às pessoas? Podemos inserir valores dependendo do quanto elas possuem que podem ser quantificada no seu extrato bancário, imposto de renda. De outra maneira, você estará entrando no campo “relativo” dos valores, onde a dignidade é o seu marco de valor dentro da sociedade pautada pelos seus códigos de ética. Tipologicamente pode-se dizer que, dentre os valores socioculturais embutidos, temos os valores históricos, cultural-simbólicos, sociais, espiritual-religiosos, estéticos. E economicamente a sociedade determina como valores àquilo que possui um uso ou uma função, para fins de comercialização. A não ser pelos objetos que são utilizados como estritamente pessoais e que, neste caso, não estão inseridas as questões de mercado, o que faz sentido então, é a responsabilidade que foi imposta à essa coisa de ter a função de representar a existência de quem o cultua.

Assim, ao caracterizar a cidade de Ouro Preto o que temos primeiro? Qual a dimensão geográfica do município? Quais os núcleos que definem historicamente seus primeiros assentamentos? Na turbulência das

transformações culturais onde se encontra a cidade hoje? O valor local do núcleo histórico-turístico tombado é evidente, porém e os outros 60% da cidade?

As cartas patrimoniais e a UNESCO

O CIAM – Conselho Internacional de Arquitetura Moderna – foi fundado em 1928, na Suíça, no castelo de La Sarraz Vaud, para estudar as modernas técnicas de projetos arquitetônicos parisienses. A partir desses encontros os modernos arquitetos ficaram convencidos de que, frente à devastação provocada pelas guerras, deveriam estudar outras cidades e a partir daí, traçar deliberações que fossem referências urbanas e sociais. E nessas deliberações incluíram a discussão a respeito da conservação do patrimônio, ainda sob a visão romântica da beleza das cidades. A carta mais famosa é a conferência que foi realizada em Atenas em 1933 e que mostrou o resultado da análise realizada em 33 cidades da Europa e em seguida, apresentou a Carta do Urbanismo.

Para um entendimento historiográfico sobre as recomendações internacionais para a atividade do conservador-restaurador o importante é destacar a Carta de Atenas, anterior à conferência do CIAM, que foi aprovada em 1931. Nesta conferência os países expuseram as diretrizes internacionais para a proteção dos monumentos e, pelo avançado teor das discussões, é considerado o marco das deliberações em prol da conservação. Pela primeira vez, os Estados delegaram a um órgão específico de proteção dos monumentos, o antigo Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, hoje ICOM, normas de como proceder e legislar em favor da manutenção e da restauração como possibilidades de recuperação e proteção das obras de arte. Nesse sentido enfatizou a excepcionalidade do patrimônio, pronunciando que:

“Convencida de que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do

Pacto das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história.”³

Uma das pautas em questão era a da colaboração mútua entre países para a preservação, sendo que para tanto alguns conceitos precisariam ser formulados. Dentre todos esses, o importante para nós é aquele que fala sobre a atividade da conservação. É interessante notar que nesse documento todas as vezes que se dirige a quem realiza o procedimento da conservação se referem ao termo “técnicos”. Falam em restaurar e restauração, porém não ao profissional diretamente. Verifica-se a preocupação em informar ao referido técnico da sua obrigação de que, quando estiver em uma escavação de sítios ou conservação de imóveis, ter a “*colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto*”⁴.

Paris, capital da França, é o local da sede da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - fundada em 16 de novembro de 1945, com o propósito de formar acordos universais nos assuntos éticos, promovendo a cooperação internacional nas áreas de educação, ciências, cultura e comunicação. O Brasil é membro da UNESCO desde 1946 e seu primeiro escritório permaneceu no Rio de Janeiro de 1964 até 1972 quando foi transferido para Brasília.

As denominadas “Recomendação de Paris” são todas as deliberações propostas pela sede da UNESCO após conferências entre os membros integrantes desse órgão não-governamental. A primeira recomendação da UNESCO para a preservação do patrimônio aconteceu no ano de 1962, com o objetivo de caracterizar quais são os procedimentos necessários para a salvaguarda da beleza das paisagens e do caráter dos sítios naturais, rurais ou urbanos. Neste caso a conservação é vista sob um prisma macro, do meio ambiente e do conforto homem e de suas relações com as construções que realiza num contexto holístico. Esse aspecto do patrimônio como toda a paisagem urbana foi recentemente revista e hoje, quando falamos em patrimônio ambiental, não queremos dizer apenas das zonas rurais, mas também no que se refere às construções urbanas e ao homem em sociedade.

³ *Carta de Atenas*. Conferência do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Atenas, Grécia: outubro de 1931.

⁴ Idem

E em maio 1964, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - apresentaram como conclusão a Carta de Veneza, que é principal referência internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios. Isto porque nesse documento ficou definida a noção de monumento histórico da qual:

“(...) compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”⁵.

No texto aprovado nesse congresso, constam também as definições de conservação, de restauração, de sítios monumentais, de escavações, e por fim, a obrigatoriedade dos trabalhos serem acompanhados por documentação e publicações. O artigo 3º fala, entre outros assuntos, que a *“conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”⁶*, da destinação da conservação dos monumentos; a não tolerância pelo deslocamento de todo ou parte do monumento; que a restauração é uma operação de caráter excepcional. No Artigo 9º o texto reafirma a interdisciplinaridade do trabalho, dizendo que a restauração do monumento deverá ser sempre precedido e acompanhado de estudo arqueológico e histórico.

Na 15ª Sessão da Conferência da UNESCO, em 1968, outro passo importante para a distinção dos conceitos pertinentes a este estudo, foi a recomendação que incidia sobre os efeitos da dinâmica da civilização contemporânea como representativos de tradições culturais e dignos de serem colaboradores para o desenvolvimento social e econômico dos povos. Para tanto, definiram o termo “bens culturais” como sendo *“o produto e o testemunho*

⁵ *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Veneza: maio de 1964.

⁶ Idem

das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos.”⁷

Então, a partir dessa Conferência Geral, a expressão “bens culturais” começou a ser aplicada a todos os bens imóveis, compreendendo pelos sítios arqueológicos, bairros da zona urbana e rural e seu entorno; como também aos bens móveis de importância cultural, seja dentro dos imóveis, isolados, coleções, procedentes de aterramentos ou não; e os monumentos e vestígios do passado e os recentes de importância artística ou histórica.⁸

Nesse documento recomendou-se inclusive, que se proceda às atividades de inventariar os bens culturais, sejam estes protegidos por lei ou não, e que se realizem atualizações freqüentes. Foram objetos de indicação medidas de preservação e de salvamento onde constam os seguintes itens:

- a) Legislação;
- b) Financiamento; medidas administrativas;
- c) Métodos de preservação e salvamento dos bens culturais;
- d) Sanções;
- e) Reparações;
- f) Recompensas;
- g) Assessoramento;
- h) Programas educacionais.

Ainda sobre as recomendações relacionadas a bens culturais, em 1972, a UNESCO definiu como Patrimônio Cultural e Natural os monumentos arquitetônicos, históricos arqueológicos ou de excepcional relevância para a arte ou ciência; os conjuntos ou grupos urbanos; e os lugares notáveis do homem ou conjugadas sob o ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico e por fim como monumentos naturais as formações biológicas, geológicas e os lugares notáveis naturais que configuram habitat natural de espécimes de valor científico ou natural. Ao fim desse documento propôs um programa de proteção nacional e internacional do patrimônio, através de adoção de políticas adaptadas a realidade de cada país e também a

⁷ *Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas*. 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas. Paris: 19 de novembro de 1968.

⁸ Idem

sistematização de programas educativos, no intuito de promover a consciência da preservação na população no presente e para as gerações futuras.

Por todos esses encontros e conferências até o começo da década de 1970, retornamos aqui à questão da qual é a razão desse artigo, onde após todos os principais itens das cartas e recomendações terem sido levantados, neste momento ainda não se consegue reconhecer quem é o profissional da restauração. Qual seria, portanto, sua formação e quais os critérios que deveriam ser levados em consideração quando da contratação deste profissional?

O Ministério da Instrução Pública da Itália em 1972 divulgou o Documento sobre Restauração (Carta do Restauo) onde estabeleceu as normas para todas as intervenções de restauração em qualquer obra de arte. Quando falaram em qualquer obra de arte, fizeram compreender que tudo estava sujeito a essa deliberação, como segue o texto:

”(...) desde os monumentos arquitetônicos até a pintura e escultura, inclusive fragmentados, do período paleolítico até as expressões figurativas das culturas populares e da arte contemporânea, pertencentes a qualquer pessoa ou instituição, para efeito de sua salvaguarda e restauração”.⁹

Portanto, a partir dessa portaria normativa todas as atividades de restauração precisaram ser justificadas por parecer técnico e documentadas em nível de detalhamento do estado anterior, durante o processo de intervenção e de conclusão da restauração. O Conselho Superior de Antiguidades e Belas Artes (hoje Ministério dos Bens Culturais) foi o órgão nomeado para resolver e por fim realizar novos pareceres nos casos onde houvesse a dúvida sobre o procedimento a ser tomado.

Nesse documento foram listadas instruções que deverão ser seguidas para a salvaguarda e restauração dos objetos arqueológicos; arquitetônicos, pictóricos e escultóricos; as providências para a intervenção em pinturas murais e para a tutela dos centros históricos. Nas páginas que seguem a referida Carta, há uns cem números de recomendações, indicações, proibições de uso de vernizes, de remoções, de instalações, de limpezas. Contudo sem

⁹ *Carta do Restauo*. Governo da Itália, Ministério da Instrução Pública, Circular nº117 de 06 de abril de 1972.

tratar de definir quem é o profissional que estará respondendo por todas essas responsabilidades.

Profissionais da Conservação

Essencialmente faz-se necessária a conceituação da palavra conservação, que poderá ser verificada em qualquer um dos dicionários disponibilizados nas livrarias, bibliotecas ou até mesmo em meio virtual. Como sempre, recorrendo ao Dicionário Aurélio, chegamos aos seguintes verbetes:

“Conservação. S.f. Ato ou efeito de conservar; conservar. V.t.d. Resguardar de dano, decadência, deterioração, prejuízo, etc; preservar. 2. Manter preservar. 3. Continuar a ter. 4. Reter. 5. Ter ou manter em seu poder; resguardar. 6. Não se desfazer de; permanecer em. 7. Amparar, defender, salvaguardar. (...);

Conservador. Adj. 1. Que conserva; conservante. 2. Diz-se daquele que em política é favorável à conservação da situação vigente, opondo-se a reformas radicais. S. m. 3. Aquele que conserva. 4. o encarregado da conservação de arquivo, museu, biblioteca, etc. 5. Aquele que é conservador (2).”

Vemos então duas faces do conservador.

À frente temos o agente que atua no fundamento do conceito da palavra, caracterizado pelas ações de combate à deterioração de algo, na direção da preservação, da salvaguarda. Mas, por outro lado, temos uma linha bem tênue que nos mostra um outro lado daquele que trabalha com conservação. Observando com uma lente bem calibrada, percebemos que este sujeito, em muitos casos, acaba por se tornar literalmente o substantivo masculino do verbo. Isto é, um genuíno conservador, no sentido de ser hostil às inovações políticas ou sociais, insistindo à rotina, inflexível às mudanças, um conservador.

Em 1979, o então Diretor do ICCROM, Bernard M. Fielden, em colaboração com a UNESCO, escreveu o famoso livro “Introdução à Conservação do Patrimônio Cultural”. Esta publicação colaborou para a formação dos atuais modelos das políticas de conservação, propondo inicialmente a definição dos atores, os princípios que o regem e suas relações com a cultura e intervenções. Nesse livro Fielden identificou que na

conservação do patrimônio cultural são necessárias diversas habilidades e conhecimentos científicos, sendo caracterizada, portanto como uma “*prática profissional multi e interdisciplinar*”, e ainda segundo ele:

“(...) *Muitas pessoas podem ser envolvidas num único projeto: administradores; arquivistas; antropólogos; antiquaristas; arqueólogos; arquitetos; historiadores da arte; biólogos; técnicos em edificações; químicos; conservadores; artesãos; curadores; ecologistas; entomologistas; etimologistas; engenheiros de diversas especialidades; historiadores econômicos; geógrafos; geólogos; hidrologistas; arquitetos paisagistas; legisladores; mineralogistas; museólogos; petrologistas; corretores; agrimensores; sismologistas; sociólogos; planejadores urbanos; avaliadores; e até vulcanologistas.*”¹⁰

Então, seguindo essa lista apresentada no final dos anos de 1970, hoje, passados quase trinta anos, teríamos, pois, de acrescentar outros tantos profissionais que na época não existiam ou foram destacados, como por exemplo: biblioteconomistas, contabilistas, designers, pesquisadores, webdesigners, e por que não dizer os serralheiros, carpinteiros, entalhadores, pintores. E os restauradores? Onde se enquadram?

Agnes Ballestrem, em 1986 na Alemanha, submeteu ao ICOM¹¹ - *International Council of Museums* - a proposta da definição, princípios e os requisitos básicos para a profissão do conservador. Esse documento verificou que em diversos países a indefinição desse profissional era uma realidade, e que os termos conservador e restaurador eram elusivos.

Logo, fica evidente a importância desse documento, pois propõe uma definição clara para essa profissão onde, como cita o documento, diferentemente do físico, do advogado ou do arquiteto, que possui sua condição profissional pré-estabelecida, essa nova profissão deveria ter seus próprios padrões e legislação. Para tanto, primeiramente, ficou definido o nome de Conservador-Restaurador ao profissional e as suas atividades consistem essencialmente do exame técnico, da preservação e da conservação-restauração do bem cultural, onde:

¹⁰ FEILDEN, B. M. *Introduction to conservation of Cultural Property*. Rome: UNESCO, 1979. p.3

¹¹ “*The Conservator-Restores: a Definition of the Profession*”, ICOM – Working Group for Training in Conservation and Restoration of the Committee for Conservation Working. France: ICCROM Newsletter, n.12, 1986.

“Exame é o procedimento preliminar feito para determinar e documentar a significância de um artefato; suas estruturas e materiais originais; a extensão de sua deterioração, alteração, e perda; e a documentação dessas constatações.

Preservação é a ação feita para retardar ou prevenir a deterioração de ou do dano dos bens culturais pelo controle do seu meio ambiente e/ou tratamento de sua estrutura no sentido de mantê-los próximos possíveis a fim de que se impeça a transformação do seu estado original.

Restauração é a ação realizada para se tornar compreensível um artefato deteriorado ou danificado, com mínimo sacrifício de seu padrão estético e de sua integridade histórica.”¹²

Nessa definição foram também caracterizadas onde é a principal atuação do conservador-restaurador que terá como ocupações fundamentais o trabalho em museus, em órgãos oficiais de proteção do patrimônio, em empresas de conservação particulares, bem como o trabalho como autônomo.

A questão que se segue é que ao longo desse documento a premissa que foi definida desde Cezare Brandi¹³ e recitada por todas as cartas e recomendações internacionais, é a mesma, isto é, a restauração não deve ultrapassar os limites da unidade estética e histórica do artefato cultural, evidenciando, dentro dos critérios estabelecidos pela intervenção, a distinção entre o que é original e o que é a restauração. Só que no caso do documento de Ballestrem, falou-se diretamente ao Conservador-Restaurador.

A E.C.C.O – *European Confederation of Conservator-Restores Organization* – é uma organização não-governamental representada por países da Comunidade Européia e no ano de 2001, criaram a APEL project – *Acteurs du Patrimoine Européen et Législation* – com o objetivo de fazer um levantamento das responsabilidades legais e profissionais dos Conservadores-Restauradores com respeito às todas as outras necessidades pertinentes ao processo da preservação e da conservação do patrimônio cultural. Desses encontros foram apresentadas três publicações e a principal delas é a

¹² *“The Conservator-Restores: a Definition of the Profession”, ICOM – Working Group for Training in Conservation and Restoration of the Committee for Conservation Working. France: ICCROM Newsletter, n.12, 1986. Trad. livre. p.1-2.*

¹³ BRANDI, Cezare. *Teoria de la Restauración*. Torino: Giulio Ernani Editore, 1977.

*“Recomendação e Guia para a adoção do respeito aos princípios comuns da conservação-restauração do patrimônio cultural na Europa”*¹⁴. O conteúdo desse caderno nos faz sentir o quão está sendo o empenho dos países em discutir mais além da atuação técnica do profissional. A intenção é a de colocar em xeque o papel do conservador-restaurador no trato direto com o patrimônio e apontar diretamente para as suas responsabilidades subjetivas no que tange a obrigação destes pela consciência do que são valores culturais, e que acima de tudo, devemos ter responsabilidades moral e ética para com esses bens e a sociedade envolvida.

Os outros cadernos traçam diretrizes para que os países possam criar leis de reconhecimento da profissão em seus países, e a partir dessa legislação poder ter recursos jurídicos que contribuam para uma efetiva análise e fiscalização dos trabalhos desenvolvidos, responsabilizando intervenções duvidosas e/ou discricionárias, que comprometam a integridade dos bens sob intervenção restauradora.

No ano de 2003, o AIC – *American Institute for Conservation of Historic & Artistic Works*, definiu em consenso com os membros da instituição e dos representantes da classe americana e europeia, as áreas essenciais do conhecimento e habilidades que caracterizam a prática do conservador. O AIC defende o papel humanístico de conservador e de sua responsabilidade de respeitar a integridade do objeto; o espírito crítico para os momentos de decisão; e a consciência de que a vida deste objeto poderá ser comprometida por uma intervenção indevida. Para os americanos a principal essência do conservador é:

*“O profissional cuja ocupação principal é a prática da conservação e através da educação, conhecimento, treinamento, e experiência especializada, formula e implementa todas as atividades de conservação de acordo com um código de ética, tal como o AIC Code of Ethics and Guidelines for Practice.”*¹⁵

¹⁴ *Survey of the legal and professional responsibilities of the Conservator-Restorers as regard the other parties involved in the preservation and conservation of cultural heritage.* By E.C.C.O and Apel project. Roma, Italy: Rocografica, 2001.

¹⁵ *Defining the Conservator: Essential Competences.* AIC American Institute for Conservation of Historic & Artistic Works, 2003. Trad. livre. p. 4.

Com relação à ética profissional tanto o AIC quanto o ICOM formularam seus códigos e guias de atividade para colaborar com a formação do profissional nas instituições. O código de ética do AIC é dirigido especificamente ao conservador-restaurador, identificando inclusive sua formação acadêmica.

O código de ética do ICOM é direcionado às atividades em museus e em um dos itens, faz recomendações com respeito às funções do conservador-restaurador.

Recomendações sobre autenticidade e integridade

Quando os códigos de ética para atuação do conservador-restaurador falam em integridade do objeto, eles se referem à preservação da:

- integridade funcional: identificação de uso e suas relações;
- integridade estrutural: definições de áreas, de suportes, de materiais e de técnicas;
- integridade visual: reconhecimento de suas características estilísticas, estéticas e históricas.

Porém o que não se pode confundir é a relação entre autêntico e idêntico, pois possuem significados diferentes. Aquilo que é considerado autêntico está vinculado ao produto do processo criativo, a autenticidade de uma obra de arte é medida pelo seu grau de veracidade pelo momento de sua realização. São importantes dados também, os efeitos que os bens culturais apresentam no transcorrer do tempo e de sua história. Enquanto aquilo que é idêntico foi feito a partir de algo pronto, de um modelo pré-concebido.

O Documento de Nara é o resultado da conferência realizada na cidade de Nara, no Japão, entre os membros do conselho da UNESCO, do ICCROM e o ICOMOS em 1994, onde a partir da Carta de Veneza, elaboraram itens fortalecendo a autenticidade frente à diversidade cultural. A globalização foi a trama que abriu precedentes às discussões sobre, por exemplo, perdas das identidades culturais a partir das supressões culturais provocadas por nacionalismo agressivo e suas conseqüências. Para esse documento *“o valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória*

*coletiva da humanidade*¹⁶, ou seja, o conservador estará sempre em constante processo de pesquisa e de documentação historiográfica e técnica, a fim de evidenciar valores culturais, sem reprimir a evolução das transformações culturais.

Na XI Assembléia Geral do ICOMOS, em 1996, os membros apoiaram o Documento de Nara sobre a preservação da autenticidade em defesa do pluralismo cultural. Nesse documento o ICOMOS se propôs a contribuir com os países, dentro de sua tríplice missão: *"assegurar assessoria científica, como centro de reflexão e órgão difusor de metodologia e de tecnologia contemporâneas"*¹⁷.

Não só os países que compõem essas cartas, mas nós também, necessitamos enxergar melhor o que é diversidade cultural. A diversidade cultural não está no outro país, no outro estado, na outra cidade. Está dentro de nossa família, de nosso crescimento cultural, nas nossas relações com as pessoas, como vemos o mundo e como nos relacionamos com ele. A dificuldade em reconhecer o outro como diferente de mim faz com que as relações sociais se tornem conflituosas e insustentáveis, e não reconhecer as nossas incapacidades ou nossos méritos, não nos deixa perceber como é que os outros nos enxergam.

Os profissionais da conservação-restauração deveriam ter esse pensamento muito claro e deveria ser um princípio diário de policiamento pessoal, pois as relações com objetos cultuados são muito sensíveis. É comum dentro da psique das pessoas que trabalham com objetos, o sentimento de posse, tomando para si o direito sobre determinados coleções, e quem é que nunca ouviu alguém dizer "o meu museu..."

Considerações sobre as recomendações brasileiras

Desde Mário de Andrade e a brigada pró-preservação do patrimônio brasileiro na década de 1930, a intelectualidade tem acompanhado a trajetória das recomendações internacionais. A constituição brasileira é muito abrangente no seu artigo 216, e a Lei 9.605/95 é referência mundial na

¹⁶ *Documento de Nara*. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. Nara, Japão: 6 de novembro de 1994.

¹⁷ *Declaração de Sofia*. XI Assembléia Geral do ICOMOS. Sofia: 9 de outubro de 1996.

penalização do desrespeito ao patrimônio natural e material. Porém as leis são criadas sem a devida participação da população. O natural sentimento de pertencimento e de apropriação cultural por parte das pessoas seria o suficiente para fazer com que as leis fossem somente para fins de esporádicas sanções, não de imposição penal.

As cartas nacionais tratam de decretos e leis, de criação de ministérios, superintendências e de museus. O compromisso de Brasília, assinado pelo urbanista Lúcio Costa em 1970, faz uma série de recomendações em defesa da preservação do acervo arquivístico, bibliográfico, patrimônio paisagístico e arqueológico, instituição de museus, entre outras. Esse documento ainda determina a criação de órgãos estaduais, municipais, conselhos de cultura e delega ao então DPHAN¹⁸, responsabilidade de orientação. O mais interessante é verificar o parágrafo que diz:

“Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superiores, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando à formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pelo DPHAN e pelo Arquivo Nacional os cursos de nível superior”¹⁹

O Brasil teve uma participação importante na Assembléia do ICOMOS em Sofia, em 1996, pois apresentou as recomendações brasileiras com relação ao conflito entre expansão urbana e preservação do patrimônio cultural. Esse documento mostra entre outros tópicos, a realidade das formas de organização social brasileira, a contribuição da mídia nas denúncias, a preocupação com o patrimônio ambiental, e a dificuldade em se legislar em favor da preservação.

O que e como: da tradicional para a moderna restauração

Discussões filosóficas ruskinianas e violetianas à parte a questão é a de como se procedem às restaurações. Cada bem cultural tem a sua particularidade e uma receita de bolo – use isto para isso, ou aquilo para

¹⁸ Antigo DPHAN, Departamento de Patrimônio histórico e Artístico Nacional, que passou a ser o IPHAN, Instituto Patrimônio Histórico e artístico Nacional.

¹⁹ *Compromisso de Brasília*. 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília: abril de 1970.

aquela situação – será essa a garantia de um bom trabalho? Acredito que nunca tenha realmente sido, pois as pesquisas sobre conservação de obras dos últimos cinquenta anos nos mostram que pouco de original ainda se pode ser realmente conferido.

A síndrome do preservacionismo a qualquer preço sacrificou muitos bens culturais e hoje a discussão é: remove-se ou deixa como está?

O glamour pela restauração ainda é uma realidade, que é observada não só no Brasil, mas em todo o mundo. Todos querem “resgatar” algo da tragédia iminente e fazer uma boa ação para a humanidade. Tanto que o verbo resgatar é utilizado sempre que se quer tornar o trabalho de preservação enfático. “Resgate do Patrimônio Cultural”.

O referido verbete tem o seguinte significado no Dicionário Aurélio:

“Resgatar *V.t.d. Livrar do cativo; de seqüestro; etc, a troco de dinheiro ou de outro valor; remir, liberar. 2. Efetuar pagamento de (dívida ou compromisso); pagar. 3. Obter à custa de sacrifício. 4. Obter por dinheiro à restituição de. 5. remir (pecado, culpa); apagar, expiar. 6. Cumprir, executar. 7. Fazer esquecer; apagar. 8. Retomar, recuperar. 9. Livrar-se do cativo a troco de dinheiro, bens ou reféns; remir-se.”*

Tive a oportunidade de ver uma fotografia da década de 1940, do Museu do Louvre, onde temos homens bem apessoados, vestidos com a mais bela casimira e gravatas alinhadíssimas. Estão frente a cavaletes com quadros de pintores famosos e eles, com a mão direita o pincel em riste em postura de artista num ar melancólico e de contemplação, e à da esquerda, mão ao queixo, em posição de dúvida e desconhecimento.

Essa é a imagem romantizada da qual o conservador-restaurador é identificado no imaginário coletivo.

BIBLIOGRAFIA

RUSKIN, John. *Seven Lamps of the Architecture*. Londres: Dover Publications, 1990.

FEILDEN, B. M. *Introduction to conservation of Cultural Property*. Rome: UNESCO, 1979.

BRANDI, Cezare. *Teoria de la Restauración*. Torino: Giulio Ernani Editore, 1977.

Carta de Atenas. Conferência do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. Atenas, Grécia: outubro de 1931.

Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Veneza: maio de 1964.

Carta do Restauro. Governo da Itália, Ministério da Instrução Pública, Circular nº117 de 06 de abril de 1972.

Compromisso de Brasília. 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília: abril de 1970.

Defining the Conservator: Essencial Competences. AIC American Institute for Conservation of Historic & Artistic Works, 2003. Trad. livre

Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas. 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas. Paris: 19 de novembro de 1968.

The Conservator-Restores: a Definition of the Profession, ICOM – Working Group for Training in Conservation and Restoration of the Committee for Conservation Working. France: ICCROM Newsletter, n.12, 1986.

Survey of the legal and professional responsibilities of the Conservator-Restorers as regard the other parties involved in the preservation and conservation of cultural heritage. By E.C.C.O and Apel project. Roma, Italy: Rocografica, 2001.